

TRÊS VISÕES DO DESENVOLVIMENTO

14-10-96

[Charme de Mendonça de Barros tem mais que ver do que barulho de Franco e Kandir]

Este país esteve tão atarantado com o caos inflacionário, que até parou de pensar em suas perspectivas de desenvolvimento. Mas agora, com dois anos de estabilização, começam a surgir pelo menos alguns sinais sobre as visões que coexistem no interior do governo sobre os possíveis rumos de uma retomada desenvolvimentista.

O documento do diretor do BC, Gustavo Franco, intitulado “*A inserção externa e o desenvolvimento,*” não combina com as pretensões do Ministro do Planejamento, Antonio Kandir, em direcionar o desenvolvimento por meio de um novo “Plano de Metas.” Para Franco, “*o investimento ocorre porque o setor privado confia na sustentabilidade de um quadro macroeconômico básico. Não é mais consequência de um ‘projeto nacional’, composto de megainvestimentos, urdido em gabinetes.(...) Hoje, o ‘plano de metas’ governamentais não é mais tão importante...*” Para Kandir, a seleção de 42 projetos prioritários serve para sinalizar a investidores nacionais e estrangeiros e orientar o próprio orçamento federal. Contrariamente a Franco, ele valoriza a política industrial, o crédito direcionado e favorecido a determinadas linhas de investimento, as políticas de estímulo às exportações e controle das importações, e os mecanismos de decisão por “concertação,” envolvendo a burocracia estatal, a iniciativa privada e os trabalhadores.

Esse “confronto” entre as duas visões assumidas por Kandir e Franco provavelmente encontrará o caminho do meio. Mais ao estilo da *tucanidad* e do bom gosto carlista, a resultante ficará em algum ponto intermediário entre a política industrial que vigorou até o II PND, e o *laissez faire* defendido pelos que não acreditam que exista espaço de atuação governamental em qualquer setor da economia. Ou seja, a linha provável de retomada do desenvolvimento tem mais a ver com o charme discreto do Secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, do que com a barulheira de Franco e Kandir.

De qualquer forma, seja qual for a evolução dessas contradições entre três visões tão diferentes sobre o desenvolvimento, seus desdobramentos certamente serão balizados por fatores mais profundos, que limitam as margens de manobra de planos de metas, políticas setoriais, incentivos fiscais, etc. Já parecem claros pelos menos três desses fatores condicionantes que reduzem o leque de opções sobre os rumos do desenvolvimento.

Em primeiro lugar vem a abertura comercial, que precedeu e sustenta a estabilização, e que acabou com os instrumentos de política governamental que caracterizaram a industrialização substitutiva de importações: restrições quantitativas por meio de cotas, licenças de importação, emprego generalizado de subsídios específicos para setores, com destaque para os destinados a estimular as exportações, índice de nacionalização, etc. Tais instrumentos, que foram decisivos para o surgimento de uma economia industrial no Brasil, tornaram-se um entrave à sua inserção no intenso crescimento dos fluxos de comércio de bens e serviços e de investimento internacional, isto é, a fase atual da globalização. A partir dos anos 80, as empresas mais dinâmicas - na maioria estrangeiras - passaram a revelar uma forte propensão a exportar, que entrou em choque com os citados instrumentos que restringiam o comércio exterior. A supressão desses instrumentos passou a condicionar, tanto quanto a própria estabilização, a volta de investimentos diretos estrangeiros.

Em segundo lugar, é preciso destacar que o barateamento de bens de consumo de massa (decorrente da estabilização apoiada na abertura) começou a mostrar o caminho da distribuição de renda, mas que esse movimento foi contrabalançado pelo aumento do desemprego causado pela reestruturação industrial, pelos ajustes no sistema financeiro e no setor público e pela difícil adaptação da agricultura. Na indústria, houve nítidos saltos de produtividade. Segundo a FIESP, a taxa de crescimento da produção por horas trabalhadas, que era de 1,4% anuais no período 1986/90, passou para 7,6% anuais no período 1990/95. Agora, um estudo do IPEA para o Ministério do Trabalho informa que, na indústria de transformação, o aumento foi de 11,5%, apenas no período junho 95 a maio 96. Mesmo que esses indicadores tenham que ser corrigidos pela incorporação de terceirização, eles continuarão impressionantes. Já na agropecuária, o desemprego tem decorrido mais de reduções de plantio do que de aumentos de produtividade.

Em terceiro, não se pode esquecer que a viabilização de qualquer linha de retomada do crescimento exigirá maior formação de poupança interna e aumento da taxa de investimento. Nada disso ocorrerá sem que haja mais segurança, ânimo e convergência de decisões entre os empresários.

Ou seja, essas três condicionantes parecem indicar que as diversas frações regionais e sociais que respaldam a atual coalizão governamental ainda estão muito longe de qualquer pacto desenvolvimentista.